Tenho em mãos a Lei nº 15.166, Sr. Presidente, que é muito clara e diz o seguinte: "A proibição a que se refere o artigo anterior é também aplicável aos veículos oficiais..." Não. Aqui fala exatamente sobre a proibição da utilização desses símbolos. É o artigo 1º: "Os governantes do Município de São Paulo não poderão usar nenhuma logomarca de identificação de sua administração que não seja o brasão oficial da cidade, com a inscrição "Cidade de São Paulo"." Essa é a marca da cidade de São Paulo.

É muito claro: "Os governantes do Município de São Paulo não poderão usar nenhuma logomarca de identificação de sua administração que não seja o brasão oficial da cidade, com a inscrição "Cidade de São Paulo"." Então, "Cidade Linda", que ele utiliza, está fora da lei. É um prefeito fora da lei, que tem que ser punido por isso, Sr. Presidente.

É um absurdo o que ele vem dizendo, e ele justifica a mudança da lei, dizendo que essa lei é muito fechada e que isso pode prejudicar campanhas de prevenção, de Saúde pública como, por exemplo, campanhas de vacinação. É mentira, não tem nada a ver, a lei não proíbe isso. A lei proíbe a utilização da "Cidade Linda" porque faz parte do slogan eleitoral dele. Vamos acompanhar, Sr. Presidente.

Quero dizer que estamos indo, daqui a pouco, para a Prefeitura de São Paulo, acompanhar a manifestação dos professores da rede municipal de ensino, que estão em greve há duas semanas contra o Sampaprev, contra a destruição do Iprem, a privatização do Iprem, contra o confisco salarial.

O prefeito Doria, antes de abandonar a prefeitura, agora no dia 6, está deixando um rastro de destruição. Agora, ele vai extinguir mais de 1000 linhas de ônibus, vai extinguir as AMAs, vai acabar com o Iprem, com a aposentadoria dos servidores, vai tentar mudar a lei que proíbe promoção pessoal dos prefeitos.

Parece-me que em 15 dias ele quer continuar o seu processo de destruição da cidade de São Paulo. Então, estamos em contagem regressiva para que ele renuncie dia 6 e não seja eleito governador. Aí, acabou para ele: ele não vai ser nem prefeito, nem governador, nem nada.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença, nos visitando, do deputado estadual Fabrício Furlan, do Amapá. Queremos saudá-lo com uma salva de palmas. (Palmas.)

Tem a palavra o nobre deputado José Américo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, quero registrar que neste momento, enquanto eu falo, está sendo julgado, em Brasília, o habeas corpus preventivo, impetrado pela defesa do presidente Lula.

Ainda não sei o resultado, mas houve uma manobra da presidente do tribunal, a Cármen Lúcia, sob pressão e praticamente sequestrada pela Rede Globo de Televisão, ao invés de colocar em julgamento a história da condenação em segundo grau, sim ou não, até porque um ministro do Supremo Tribunal Federal dá uma coisa e outro dá outra, em matéria de habeas corpus monocráticos.

Ela fez uma pequena chicana colocando para julgar o habeas corpus do presidente Lula, obviamente para dificultar a concessão do habeas corpus e tornar o voto mais exposto por parte dos ministros.

Então, queria aqui protestar contra isso, contra essa chicana, e contra essa lei que vige nosso País, e que sempre representa dois pesos e duas medidas.

Há um sujeito chamado Paulo Vieira de Souza, conhecido como Paulo Preto. Esse sujeito trabalhou na Dersa durante cinco anos e foi citado por 11 delatores premiados como receptor de propina dos governos do PSDB - em particular, Serra e uma parte do governo Alckmin.

Pois bem, esse sujeito estava muito tranquilo aqui, porque ele espalhou um boato dizendo: "Se eu for colocado no tronco, se eu for preso, não vai sobrar pena sobre pena", numa referência aos tucanos. Até agora não aconteceu nada com ele.

O Ministério Público suíço, irritado com a postura parcial da Justiça brasileira, mandou, sem que lhe fosse pedido, os extratos bancários do Sr. Paulo Vieira de Souza, conhecido como Paulo Preto. Mandou os extratos registrando 113 milhões de reais na conta dele. Ele ganhava 10 mil reais na Dersa como engenheiro. Cento e treze milhões.

Há nove meses esses extratos chegaram ao Brasil e foram entregues à Procuradoria Pública Federal. Sabe o que aconteceu até agora? Nada. Paulo Preto não foi sequer intimado a depor! Não aconteceu nada! Por quê? Estão esperando passar o tempo, consolidar, eventualmente, a candidatura do Geraldo Alckmin, chegar mais perto da eleição e tentar jogar para depois da eleição.

Isso não é justiça! Cadê o Ministério Público Federal? Cadê o Ministério Público Federal de São Paulo, que tem triste memória? Esse Ministério Público de São Paulo já sentou em cima do processo da Siemens. Aquele tal de Rodrigo de Grandis, que deveria estar afastado do Ministério Público Federal, continua trabalhando - ele está aqui em São Paulo. Rodrigo de Grandis deu como desculpa que tinha recebido a mesma coisa do Ministério Público suíço sobre a Siemens: "esqueci no escaninho". Por três anos? Isso é proteção!

Quero lembrar a vocês, também, de uma outra pessoa que é um irmão espiritual do Paulo Vieira de Souza: Sérgio Corrêa Brasil. Ele tem a alcunha de Mel de Abelha - ele é o famoso Mel de Abelha! Esse sujeito participou de 20 comissões de licitação no Metrô, na CPTM e na Dersa e foi citado em, pelo menos, seis delações premiadas da Odebrecht.

O Sr. Mel de Abelha continua, praticamente, intocável - não foi intimado para depor. O Sérgio Avelleda já foi condenado por conta da licitação da linha 5. Vocês sabem que tem um cartel que controla as obras do estado de São Paulo que já foi denunciado pela própria empresa que participa do cartel, a Camargo Corrêa.

Pois bem. O Avelleda foi condenado, mas, até agora, não aconteceu nada com o Mel de Abelha - ele nem foi intimado para depor.

Quero dizer que estou mandando uma representação para o Ministério Público Federal e para o Ministério Público do estado de São Paulo dizendo o seguinte: por que o Sr. Mel de Abelha não é indiciado? Por que o Sr. Mel de Abelha não é intimado a depor? Ele tem alguma coisa a mais?

Acontece que o Sérgio Avelleda é um quadro político. Ele não vai entregar ninguém. Pode estar pendurado no tronco, mas ele não vai entregar ninguém. Mas, o Mel de Abelha é considerado um sujeito muito frágil, que pode, se for preso, entregar, principalmente, agentes e o governador Geraldo Alckmin, que já está encrencado com o seu cunhado, que nós apelidamos aqui, graciosamente, de Adhemarzinho.

O nosso Geraldo Alckmin não precisa se preocupar - eu ponho a mão no fogo por ele porque, tendo o cunhado que ele tem, ele não precisa fazer nada: o Adhemarzinho faz tudo por ele.

Quem quiser uma história do Adhemarzinho, é só comprar a "Época" que está nas bancas. Adhemarzinho, Paulo Preto e o Sr. Sérgio Corrêa Brasil são irmãos espirituais, são os operadores da corrupção e do mar de lama tucano do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - De volta a esta tribuna, eu gostaria, primeiro, de parabenizar o deputado José Américo, que fez aqui uma intervenção muito importante e reforçou uma denúncia que nós fazemos exaustivamente da blindagem que há no estado de São Paulo em relação às denúncias contra os tucanos e o PSDB. Blindagem que também se dá aqui na Assembleia Legislativa, em vários setores do Ministério Público estadual, no Tribunal de Contas, em setores da Justiça, do Tribunal de Justiça e, logicamente, da grande mídia, da mídia empresarial de São Paulo.

Aqui os principais veículos de comunicação também compõem esse consórcio de blindagem do "tucanato", por isso, a Operação Lava Jato não chega com profundidade em São Paulo, ela fica sempre na periferia das denúncias e das investigações. Então, foi muito importante esse pronunciamento do deputado, que era vereador. Às vezes, quase o chamo de vereador, José Américo.

Mas gostaria de dizer que acabei de chegar de uma audiência pública ocorrida no Iamspe, o Hospital do Servidor Público Estadual, e V. Exa., que é um ardoroso defensor dos médicos e da Saúde, que acompanha todo esse debate, sabe que a situação lá é grave. Seja a do Iamspe, a do Hospital do Servidor Público Estadual e também a dos convênios, que são precarizados em todo o estado, assim como as Santas Casas, como as clínicas, enfim, a situação é muito grave porque não há financiamento, o governo estadual não financia a saúde dos seus próprios servidores, não dá aquela contrapartida de 2% que todo funcionário público paga mensalmente, que é descontado do seu holerite.

Ou seja, a situação do Hospital do Servidor Público e do Iamspe está extremamente precarizada. Ouvimos vários relatos nesse sentido. Estavam presentes os deputados Marcos Martins, Carlos Neder e várias entidades e vários servidores do Estado e do próprio Iamspe, como a Associação de funcionários do Iamspe, a associação de enfermagem do Iamspe, enfim, todos fazendo relatos importantes.

A situação lá está cada vez pior e agora tem praticamente uma intervenção da Justiça, porque o superintendente está sendo acusado de improbidade administrativa pelo Ministério Público estadual, está com seus bens indisponíveis. Tanto que ele não participou da audiência pública, ele não esteve presente porque está respondendo a várias acusações do Ministério Público.

Mas, entre tantos depoimentos, teve um que me deixou especialmente chocado. Ele dizia que existem, dentro do Hospital do Servidor Público, 20 empresas terceirizadas. Há um processo de privatização do hospital. São 20 empresas, que não se entendem, funcionando dentro de um hospital público. E eles ainda querem colocar uma OS lá para piorar a situação de gestão.

Semana passada estive lá na enfermaria, no pronto-socorro, fiz uma espécie de diligência, conversei com várias funcionárias, com professoras que estavam lá para serem atendidas, principalmente no pronto-socorro do Hospital do Servidor Público e na enfermaria. A situação lá é de calamidade pública, presidente. Esses dois espaços que mencionei se parecem mais com um acampamento de guerra do que com um hospital. A situação é impressionante.

Quem visitar o Hospital do Servidor Público e entrar no pronto-socorro ou na enfermaria ficará chocado com a situação de precarização, de pessoas nos corredores. Na enfermaria, um box que deve acomodar uma pessoa chega a acomodar três. Há macas e mais macas nos corredores, professores que estavam esperando atendimento desde as dez horas da manhã ainda não haviam sido atendidos quando saí de lá, à meia-noite.

Ouvi relatos, filmei, inclusive, de professoras que chegaram às 10 horas da manhã e, à meia-noite, ainda não tinham sido liberadas, ainda estavam para ser atendidas. Essa é a situação do Hospital do Servidor Público que, além de prejudicar os pacientes, prejudica também os seus próprios funcionários. Os profissionais da Saúde do Hospital do Servidor Público estão sendo prejudicados por essa falta de investimento, pela má gestão.

São 20 empresas terceirizadas, muitas denúncias de corrupção, de pagamento de propina, enfim, nada funciona direito. A marcação de consulta é terceirizada, as pessoas têm dificuldade de marcar consulta por telefone, ou seja, precarização total. Já encaminhamos um dossiê para o Ministério Público e outro para o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. A Frente Parlamentar, presidida e coordenada pelo deputado Marcos Martins, também tem feito várias ações e denunciado, mas o governo não colabora.

Temos que investir mais recursos e mudar a gestão, colocando uma gestão democrática dentro do Hospital do Servidor Público, tanto é que a comissão consultiva mista que organizou o evento de hoje deveria se chamar comissão deliberativa. Ela deveria deliberar e ter poder de decisão.

Como o Estado não financia o Hospital do Servidor Público, quem financia o Iamspe é o servidor público. É ele quem sustenta financeiramente o hospital. É ele quem deve ser o administrador, e não o Estado. O Estado transformou o Iamspe em um laboratório de privatização. Há, no mínimo, 20 empresas terceirizadas lá dentro. É por isso que há denúncias. O Ministério Público está investigando casos de improbidade administrativa e propinas.

Já que o Governo não irá investir recursos, defendemos que a administração seja feita pelos servidores, pelas entidades representativas dos servidores do estado de São Paulo e por essa comissão, que agora é consultiva, mas pode vir a ser deliberativa. Temos que buscar outras saídas. A grande saída é aumentar o financiamento. O Estado deve dar a sua contrapartida dos dois por cento. Iremos continuar fazendo diligências, denunciando o abandono do Iamspe, do Hospital do Servidor Público.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o nobre deputado José Américo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público aqui presente, telespectadores da TV Assembleia, venho novamente à tribuna para falar de um assunto muito recente.

Gostaria de me solidarizar com a luta dos professores e funcionários públicos municipais, que estão sendo espoliados pelo prefeito Doria, que quer aumentar a sua contribuição previdenciária, que já é alta, de 11% para 14 e, em alguns casos, até 19%. Graças a Deus o governo Doria está terminando. Como paulistano, tenho que dizer, egoisticamente, graças a Deus está terminando. No dia 07, ele vai embora, será candidato. Tomara que não se eleja para nada, nunca mais.

É uma gestão que não irá deixar pedra sobre pedra na cidade de São Paulo. Ele criou problemas em todos os setores. No Transporte, ele criou problemas, porque está cortando quase mil ônibus. Na área da Saúde, ele mandou fechar 100 AMAs. Na área chamada Zeladoria de São Paulo, a cidade ficou um abandono. Se vocês foram à periferia da cidade, é um abandono triste. Nós ficamos deprimidos com o abandono da cidade.

Sr. Presidente, como vereador da cidade de São Paulo, eu me aprofundei bastante no assunto das enchentes, principalmente quando fizemos uma CPI sobre esse assunto. As enchentes em São Paulo acontecem não necessariamente por conta do excesso das chuvas. Às vezes, pode chover mais, e não haver tanta enchente ou alagamento. Às vezes, pode chover pouco, e ocorrer alagamentos.

Havia uma rua que era uma travessa da São João. Quando chovia na zona norte, não chovia na São João, mas ela alagava. Por quê? Porque São Paulo tem uma rede de galerias pluviais muito antiga e, hoje, muito assoreada. É necessário investir muito na recuperação das galerias ou, pelo menos, no desassoreamento delas. Hoje, algumas dessas galerias estão com até 60% comprometidos. Então, a água não tem por onde correr e, portanto, sai para fora.

Bom, o prefeito João Doria, como se quisesse também marcar sua triste presença na nessa área, na área da prevenção de enchentes. Ele no ano passado ele tinha uma verba razoável para prevenção a enchente, 825 milhões de reais. Pois bem, ele gastou só 33 por cento. Nos primeiros três meses deste ano, ele gastou 2% de uma verba de 584 milhões. Quando ele deveria estar gastando, em média, 50 milhões por mês, ele gastou dez milhões.

Dez milhões não são nem a metade do que ele gastou nesses três meses em publicidade. Ele gastou 24 milhões em publicidade, e gastou 40 milhões para fazer o chamado asfalto novo, e se esqueceu, como no ano passado, de limpar as galerias pluviais, limpar os bueiros de São Paulo, mas principalmente as nossas galerias pluviais assoreadas.

O que aconteceu? Alagamentos e enchentes, recentemente, em várias ruas de São Paulo, e, se chover de novo, de novo, vai acontecer pior. Ou seja, ele não fez a lição de casa. Por não saber como a cidade funciona, por querer poupar dinheiro para gastar em outras coisas.

Ele preferiu investir 30%, no ano passado, de toda a verba que ele tinha, e neste ano, até agora, ele investiu 2 por cento. A natureza está cobrando, as nossas galerias que estavam assoreadas aumentaram o grau de assoreamento com as últimas chuvas, e, obviamente, nós teremos esta enchente que acabamos de ter e vamos ter várias outras com as chuvas que o mês de março e o início de abril nos trazem.

Infelizmente, isso demonstra a incompetência, o descaso, a picaretagem do sujeito que se dizia um gestor, prefeito João Doria. Quero deixar claro, o prefeito João Doria pode ser tudo na vida, menos um gestor. Gestor ele não é, gente. Ele não entende absolutamente nada de administração. Não entende como gerir uma prefeitura. Talvez para a empresa dele, que tem 30 funcionários, ele tenha contratado um bom gerente para fazer, mas ele é tudo, menos um gestor.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Coronel Camilo que vai usar a palavra agora. Então, passo a palavra para o deputado Coronel Camilo, nosso ex-comandante da Polícia Militar São Paulo, grande amigo, grande lutador, deputado muito lutador da nossa Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos que nos acompanham pelas galerias, boa tarde a todos vocês.

Quero fazer um reconhecimento ao professor José Américo, que está se retirando. Ele é um grande comandante. Geriu nossa Câmara Municipal muito bem quando eu me iniciei na vida política. Muito sucesso. Parabéns pelo exemplo.

Hoje eu queria falar rapidamente sobre duas coisas que me deixam muito alegre. Duas coisas que eu presenciei hoje que são superimportantes para todos nós, principalmente para você que está nos acompanhando pela TV e aqui nas galerias.

Hoje pela manhã nós tivemos um evento em homenagem a Minustah, operação do Exército no Haiti. O exército brasileiro deu mais um exemplo de como se faz as coisas bem feitas. Conseguiu tirar o Haiti daquele problema sério que eles têm. Não melhorou tudo, é lógico, não resolveu o problema, porque é muito maior do que isso, mas colocou, pelo menos, um pouco do país em ordem.

Eu queria deixar aqui o meu reconhecimento, o meu agradecimento ao Exército Brasileiro. Vou falar mais, não só pelo que fez no Haiti, mas pelo exemplo do que o Exército Brasileiro está fazendo agora no Rio de Janeiro.

Falei aqui de uma antropóloga que elogiou o Exército dizendo que todo mundo fala, mas que o Exército está fazendo a coisa certa, não tem o que criticar. Alguém tinha que fazer alguma coisa. Essa missão sobrou para o Exército do Rio de Janeiro.

Vou dar mais alguns exemplos para você que nos acompanha. Procure na internet. O Exército construiu uma parte do aeroporto de Cumbica. Foi a única parte que ficou muito bem feita, foi terminada antes do prazo e devolveram o dinheiro. A mesma coisa com relação a algumas estradas do Brasil, por esse País afora, em que o Exército ficou responsável. Sempre fez bem feito, no menor prazo e inclusive devolveu o dinheiro.

Parabéns ao Exército Brasileiro. Parabéns ao Exército pelo exemplo de moral, de civismo, de fazer a coisa certa, de missão. Essa era a primeira parte que eu gostaria de falar.

A segunda é que eu estive em Osasco, hoje, e relembrei, tive contato de novo com o vereador do PSD Josias da Juco. Lembrei-me da Juco. Discutimos sobre a Juco. O que é a Juco, Sr. Presidente? Juventude Cívica de Osasco, uma escola criada lá atrás, pelo professor Daniel. Parabéns. É tocada hoje pela sua filha.

A escola pega menores carentes de rua e transforma essas crianças em verdadeiros cidadãos. Dá ensino, dá comida, dá treinamento e coloca essas crianças para trabalhar em mercado - lógico, quando têm idade suficiente para poder trabalhar. Elas trabalham em mercado, trabalham em empresas da região. É um trabalho fantástico, Sr. Presidente. Chama-se Juventude Cívica de Osasco.

Lá se desenvolvem valores, se estimula o civismo, o patriotismo, a boa ação. Lá se ensina que os alunos têm que trabalhar pelo bem comum, coisas que são também comungadas pelo Exército Brasileiro, pela Polícia Militar. São duas coisas muito importantes, dois exemplos muito bons para todos nós: Exército Brasileiro e Juventude Cívica de Osasco.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Coronel Camilo e suspende a sessão até as 16 horas e 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

* * *

- Suspensa às 15 horas e 11 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 33 minutos, sob a Presidência do Sr. Coronel Camilo.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL CAMILO - PSD - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL CAMILO - PSD - Srs. Deputados e Sras. Deputadas, há sobre a mesa os seguintes requerimentos:

- requerimento de urgência para o Projeto de resolução no 22, de 2017.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento de urgência.

- requerimento de urgência ao Projeto de lei Complementar nº 9, de 2018.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento de urgência.

Há também sobre a mesa requerimento do nobre deputado Léo Oliveira, com número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35 do Regimento Interno, para a constituição de uma comissão de representação com a finalidade de representar a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo no evento da Agrishow, em Ribeirão Preto, no período de 30 de abril a 4 de maio de 2018.

Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Por fim, antes de encerrarmos, convido a todos vocês que nos assistem para que frequentem a Assembleia Legislativa de São Paulo, conheçam esta Casa de Leis. As sessões são abertas, normalmente, às terças, quartas e quintas-feiras, a partir das 16 horas e 30 minutos. Todos estão convidados.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os ainda da sessão solene a realizar-se amanhã, às dez horas, com a finalidade de entregar a Medalha Theodosina Rosário Ribeiro.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 35 minutos.

* * *

23 DE MARÇO DE 2018
32ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: CORONEL TELHADA e CARLOS GIANNAZI
Secretário: CARLOS GIANNAZI

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência e abre a sessão. Cancela a sessão solene anteriormente convocada para 09/04, às 10 horas, em "Comemoração do Dia Mundial de Luta contra o Câncer", por solicitação do deputado Marco Vinholi.

2 - CARLOS GIANNAZI
Tece críticas a resolução do Executivo, que exige de professores readaptados da Rede Estadual de Ensino a realização de novas perícias médicas. Afirma que tomará as providências necessárias contra a medida. Acusa o prefeito da Capital, João Doria, de tentar destruir a previdência dos servidores municipais, por meio de projeto que propõe a criação do Sampaprev. Combate ações publicitárias da prefeitura, a favor da proposta.

3 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência.

4 - CORONEL TELHADA
Discorre sobre solenidade, feita nesta Casa, em homenagem aos integrantes das Forças Armadas que participaram das ações no Haiti. Menciona sua presença em eventos em Jundiaí e Guarulhos. Comunica a morte de três policiais militares, dando detalhes das ocorrências.

5 - CORONEL TELHADA
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

6 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 26/03, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra a realização de sessão solene, hoje, às 20 horas, em "Comemoração do Dia da Ordem DeMolay". Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Carlos Giannazi para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, antes de ingressarmos no Pequeno Expediente, esta Presidência, atendendo à solicitação do nobre deputado Marco Vinholi, cancela a sessão solene convocada para o dia 9 de abril de 2018, às 10 horas, com a finalidade de celebrar "O Dia Mundial de Luta Contra o Câncer".

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Carlos Giannazi, pelo tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Coronel Telhada, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Alesp, funcionários desta Casa, primeiramente quero aqui fazer uma grave denúncia relativa a uma publicação de um comunicado conjunto, Comunicado nº 1, publicado ontem, dia 22, no Diário Oficial. É um comunicado conjunto da Secretaria de Educação e da Secretaria de Planejamento e Gestão, juntamente com o Departamento de Perícias Médicas, que agride frontalmente a dignidade e os direitos dos nossos servidores readaptados da Educação.

Desde o ano passado a Secretaria da Educação vem agredindo nossos professores readaptados, obrigando muitos deles a realizarem perícias médicas. Mas, agora, parece-me que com esse comunicado, o Governo está legalizando e aprofundando ainda mais essa violação e esses ataques aos professores readaptados.

Isso é um verdadeiro absurdo. Eu já estou tomando providências. Acionei, novamente, o Ministério Público. Vamos ter uma reunião. Eu já tinha acionado o Ministério Público em relação a esses casos. Eu estarei presente numa reunião com o promotor que está investigando esse caso; ele abriu inquérito para investigar o caso.